

Estado e Mercado no Governo Lula: convergências e divergências no mercado de fundos de pensão

State and Market in the Lula government: convergences and divergences in the pension fund market

Maria Chaves Jardim¹

Resumo: Com inspiração nas ideias de Pierre Bourdieu e da sociologia econômica, o artigo busca reconhecer o Estado e o mercado como instituições datadas historicamente no tempo e no espaço, negando a divisão social do trabalho do século 18 que “definiu” o mercado como objeto da economia e o Estado como objeto dos demais cientistas sociais. Com o apoio de dados resultantes de pesquisas empíricas sobre o mercado de fundos de pensão durante o Governo Lula, o texto argumenta sobre uma possível convergência entre Estado e mercado sendo o primeiro responsável pela criação das categorias de pensamento vigentes no mercado no período analisado. Indica, ainda que de forma ensaística, as alterações trazidas no mercado de fundos de pensão pelo Governo Temer, pontuando o surgimento de novas relações entre Estado e mercado, distintas daquelas presentes no Governo Lula.

Palavras-chave: Estado, Mercado, Governo Lula, Fundos de Pensão.

Abstract: With inspiration from Pierre Bourdieu's ideas and economic sociology, the article seeks to recognize the State and the market as institutions historically dated in time and space, denying the social division of labor of the 18th century, that "set" the market as the object of economy and the state as the object of other social scientists. With the support of evidence from empirical research on the market for pension funds during the Lula government, the text argues for a possible convergence between state and market, the first responsible for the creation of categories of thought prevailing in the market

¹ Professora do Departamento de Sociologia da Unesp de Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCLAr. E-mail: majardim@fclar.unesp.br.

during the period. Also indicates that the essayistic form, the changes introduced in the market of pension funds by the government Temer, punctuating the emergence of new relations between State and market, distinct from those present in the Lula government.

Keywords: State, Market, Lula Government, Pension Funds.

1. Estado e Mercado: categorias dicotômicas?

A divisão social do trabalho, existente nos séculos XVIII e XIX, separou economistas de um lado e demais cientistas sociais do outro. Naquele momento, economistas passaram a dedicar esforços na compreensão do mercado, do dinheiro, das bolsas de valores, dos investimentos dos grupos empresariais, enquanto temas como a pobreza, a desigualdade social, partidos políticos, Estado, sindicato e classes sociais, ficaram para os demais cientistas sociais. Portanto, vem dessa época a cisão entre os conceitos de Estado e Mercado, que passaram a ser analisados isoladamente e independentes um do outro, o mercado pelos economistas, o Estado pelos demais cientistas sociais. Em algumas leituras, os dois conceitos aparecem até como categorias dicotômicas e bastante ideologizadas, ainda que, desde autores clássicos, tenta-se reivindicar o mercado como objeto sociológico e em interação com o Estado, tais como os esforços de Marx, Durkheim, Weber, Simmel e Marcel Mauss. Cada um, a sua maneira, tentou trazer elementos sociais, políticos e culturais para a economia, sugerindo, de alguma forma, relações entre mercado e o Estado².

²No marxismo, o Estado e o mercado aparecem como opressores. Em Marx, o Estado é uma entidade abstrata, em contradição com a sociedade, que procuraria conciliar os interesses de todos, mas principalmente daqueles que dominavam economicamente a sociedade. Marx identificou a divisão do trabalho e a propriedade privada, geradoras das classes sociais, como a base do surgimento do estado, portanto, a organização estatal apenas garantiria as condições gerais da produção capitalista, não interferindo nas relações econômicas. Para Marx (1895), o Estado incorpora a ideologia da classe dominante, transformando ideologias particulares em ideologias universais. Para Durkheim (1893), o estado expressava a vida social. Sua função é moral, ou seja, assegurar pleno desenvolvimento das individualidades e da coletividade, por meio da escola. O Estado seria o responsável por deixar o indivíduo mais autônomo, frente ao poder das famílias, corporações profissionais e igrejas. O autor defende, ainda, que apesar da divisão social do trabalho e do mercado, as relações sociais e de laços de solidariedade e altruísmo continuariam a se sobreporem ao ideário de egoísmo, individualismo e

Leitor assíduo dos clássicos e autor de uma sociologia, denominada relacional, já que considera que as relações estão em (inter)relações, Pierre Bourdieu é um defensor do Estado sem, contudo, esquecer as “funções” simbólicas deste. Assim, para Bourdieu, o Estado não tem, necessariamente, a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, “pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a crença da qual falava Hume, a submissão dóxica

racionalidade do *homo economicus*, propagados pela ciência econômica de sua época. Ou seja, apesar da sociedade contratual (sociedade de mercado) o embasamento desses contratos seria construído a partir da moral da sociedade, o que faria com que existissem, elementos não contratuais no contrato. Além disso, o autor afirmou a existência de elementos socializadores no próprio processo do mercado ou da troca.

Em Weber (2009), o Estado mantém o monopólio da violência física, pois dispõe da legitimidade de mando e da disciplina. Trata-se de uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima. O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Por outro lado, Weber enxergava o mercado como o resultado de duas formas de interação social – a troca, que está simultaneamente orientada para o parceiro, para os concorrentes e a competição (luta sobre os preços entre o cliente e o vendedor e entre concorrentes, tanto vendedores como clientes). Estabelece, então, uma ideia fundamental em relação à visão econômica do mercado, qual seja, a noção de luta e consequentemente, de poder, que introduz uma dimensão política no cerne de um fenômeno econômico. No mercado, encontram-se em conflito interesses opostos e a troca efetivada representa uma situação de equilíbrio. Em Weber, a relação mercantil é uma relação social, uma vez que o ator econômico deve levar em conta não somente o comportamento dos outros atores econômicos, mas também, de maneira mais geral, o contexto sociopolítico, mais concretamente, a atuação do Estado.

George Simmel (2016) trouxe a tona estudos sobre a expansão dos mercados, o crescimento material e cultural e estilos de vida nas grandes cidades. Seu trabalho enriquece os estudos sociológicos sobre os modelos de mercado, que se afastam da economia neoclássica. Para Simmel, o mercado é visto como uma estrutura econômica complexa, um espaço aberto que combina necessidades (distinção, visibilidade, luta por *status* sociais, etc) decorrentes de condições existentes (relações impessoais, fugazes, maior oportunidade econômica e mobilidade social, etc). Essas visões sociológicas questionam a ideia abstrata de mercado e trazem a tona questões culturais, políticas, religiosas e simbólicas, que se combinam numa complexidade social e não podem ser tratados como fenômenos exógenos.

Mauss (1974) também reivindicou o mercado como objeto da sociologia. Definiu, no clássico *O ensaio sobre a dádiva*, a sociedade como um “fato social total”, ampliando claramente a ideia de Durkheim, de “fato social”, “fato moral” ou “crenças coletivas”. Assim, mostra que a vida social é um sistema de obrigações, cujas obrigações não são absolutas, na medida em que os indivíduos tem o livre arbítrio de entrar ou não no esquema de dádivas, mesmo que a negativa possa levar a pequenas rupturas, como desafetos, até a guerra. Demonstrou, ainda, que os fenômenos de Estado e mercado não são universais em toda a história humana, já que não há evidências da presença dessas instituições nas sociedades tradicionais. Assim, a reciprocidade, ou seja, a “economia natural” sempre cumpriu a função das trocas quando não havia a “economia de mercado”. Nesse processo, identificou a presença de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal nas relações sociais. Este sistema, que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de dar, receber e retribuir bens simbólicos e materiais, foi batizado por Mauss como “dom ou dádiva”. Para o autor, a obrigação do dom é um fenômeno total que circula em toda a vida social, já que incorpora tudo aquilo que participa da vida humana, sejam bens materiais ou simples gestos, favores, etc, para a produção e a reprodução das regras da sociedade, isso sem ignorar os paradoxos que existem nesse sistema. A partir desses estudos afirmou que o mercado, assim como o Estado, não são universais em toda a história humana.

à ordem estabelecida” (Bourdieu, 1996, p. 119). Bourdieu afirma, ainda, que o Estado é o criador da oferta e da demanda no mercado, logo, as ditas “leis naturais” do mercado seriam orientadas pelas categorias de pensamento, que por sua vez seriam pensadas pelo Estado vigente. (Bourdieu, 2004).

É nessa perspectiva que esse artigo se inscreve. Com inspiração nas ideias de Pierre Bourdieu e da sociologia econômica, busco reconhecer o Estado e o mercado como instituições datadas historicamente. Na perspectiva adotada por esse texto, a separação destes dois conceitos ajuda a produzir a crença na supremacia do mercado, reforçando sua dominação simbólica. Em termos empíricos, pretendo retomar pesquisas realizadas sobre os fundos de pensão – já que os mesmos voltaram a ser manchetes de jornais com as alterações propostas pelo governo interino de Michel Temer (2016) – argumentando sobre a convergência entre Estado e mercado e a natureza social dessas instituições. Apresentarei as recentes alterações trazidas pelo governo Temer, na última seção.

O artigo está dividido da seguinte forma: a próxima seção dedica-se a entender o conceito de Estado e de mercado para além das dicotomias. Em seguida, apresento dados empíricos de pesquisas sobre o mercado de fundos de pensão, buscando demonstrar a possibilidade de convergência entre Estado e mercado, sob a coordenação do Estado. Concluo o artigo olhando, ainda que de forma ensaísta, o desdobramento do tema no governo interino de Michel Temer (2016).

2. Pensar o Estado e o mercado como resultado de categorias de pensamento

Para Pierre Bourdieu (2012), o poder do Estado é produzir e impor categorias de pensamento aos agentes do mundo social, cujas categorias são aplicadas a todas as coisas do mundo, inclusive para falar do próprio Estado e do mercado. Nesse sentido, Bourdieu nos chama a atenção para o fato que

pensamos o Estado a partir do próprio pensamento criado pelo Estado, pois o Estado é ele mesmo nosso próprio pensamento. Mais concretamente, o pensamento do Estado não é somente um discurso ou um metadiscurso, este pensamento se inscreve no mundo social já que o Estado seria o mundo social em forma de discurso. Assim, o Estado produz e inculta estruturas cognitivas, segundo as quais a ordem social é percebida e incorporada, especialmente pelo sistema escolar, que inculta estruturas cognitivas comuns, contribuindo de forma implícita para a produção e a reprodução da ordem social. Essas estruturas são tão naturalizadas que os agentes sociais nem se dão conta do processo de produção de crenças.

Desta feita, o Estado instaura através da ordem simbólica que impõe suas duas formas: a estrutura objetiva do Estado e a estrutura mental para pensar o Estado, que são homólogas. Assim, passa a existir na objetividade, nas estruturas materiais, e na subjetividade dos agentes, ou seja, nas representações sobre a forma de visão e de divisão de sistema de classificação.

Os agentes sociais que participam do Estado são representados como encarnadores do Estado, um Estado constituído como um espaço relativamente autônomo em relação às forças sociais em luta pelo poder e assegurando uma posição de árbitro nos conflitos políticos. Nesse sentido, dizer que o Estado é legítimo é dizer que ele pode obter a submissão da ordem que impõe, tendo como única forma de constrangimento o poder simbólico. Assim, a obediência generalizada não passa pela coerção em Bourdieu. O reconhecimento da legitimidade da obediência é um ato de conhecimento, que é um ato de submissão inconsciente à ordem social, ou seja, é um ato de crença, mais ainda, de crença coletiva.

Diante da constatação de Bourdieu, de que o Estado cria nossas próprias categorias de pensamento, indago: como pensar o Estado sem o pensamento do Estado? E no que se refere à categoria de mercado, pergunto: É possível pensar o mercado sem as categorias pensadas pelo Estado?

Com inspiração no pensamento do autor, indico no decorrer do texto de forma implícita, e às vezes explícita, que um Estado engajado na produção de categorias de pensamento tem controle sobre o mercado, e que assim como o Estado, o mercado é um fenômeno histórico, localizado no tempo e no espaço. Portanto, sistemas econômicos em que o mercado é visto como campo autônomo, capaz de criar suas próprias regras, como uma mão invisível, com suas “leis naturais”, são economias onde as categorias de pensamento produzidas pelo Estado pressupõem o livre mercado e o individualismo. Nesse sentido, o Estado não deixa de fazer seu trabalho de dominação simbólica numa economia neoliberal. Ele o faz. Mas nesse caso, o trabalho de dominação simbólica torna-se justamente criar categorias de pensamento que pressupõem a liberdade para o mercado, fortalecendo a “mão direita do Estado” em detrimento da sua “mão esquerda” (Bourdieu, 1997). Por essa perspectiva, não existe Estado ausente. O Estado está sempre presente, inclusive para legislar institucionalmente e cognitivamente a favor do mercado.

A metáfora “mão direita e mão esquerda do Estado”, foi criada por Bourdieu para referir-se a um Estado neoliberal (mão direita) – com maior autonomia do mercado – e a um Estado regulador (mão esquerda) – com maiores preocupações sociais e maior controle sobre o mercado. Assim, essa metáfora é importante para nos ajudar a entender como o Estado neoliberal faz sua intervenção.

Mão esquerda é o conjunto dos agentes dos ministérios ditos “gastadores”, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais, que buscam apenas o equilíbrio financeiro (Bourdieu, 1997, p. 07).

Nos sistemas econômicos onde a “mão direita” se sobrepõe à “mão esquerda”, o mercado ganha uma aparente naturalidade, autonomia e sacralidade, tornando-se quase uma “entidade”, sagrada e/ou profana.

Sobre a sacralidade e/ou profanidade do mercado, Abramovay (2004) conclui seu artigo, considerado seminal na sociologia econômica (*Entre Deus e o Diabo*, 2004), afirmando a existência na literatura de duas correntes extremas nos estudos sobre mercado: em uma corrente o mercado é enaltecido, na outra, demonizado.

Na perspectiva que defendo aqui, a ideologização do mercado (sagrado e/ou profano), é resultado de sua autonomização e naturalização e da ausência de interpretações que o colocam como instituição histórica. Ademais, deve-se, ainda, a uma *doxa* vigente na economia, que considera o mercado apenas como um mecanismo de formação dos preços e, portanto, de alocação dos recursos, definindo a lei da oferta e da procura e produzindo o conceito de escassez. Segundo Sapir (2000), essa perspectiva coloca o mercado e a concorrência como fenômenos a-sociais, já que a concorrência seria um Estado – de equilíbrio – e não um processo.

Portanto, profana e/ou sagrada, Deus e/ou Diabo, a Economia promove profecias autorrealizantes (Merton, 1968), tanto na esfera social quanto nas políticas públicas, produzindo e reproduzindo os seguintes postulados: no que se refere à vida econômica, os indivíduos são racionais, livres, interesseiros, procuram otimizar o emprego de seus recursos e, na medida em que podem agir em um ambiente de trocas e disputas livres de intervenções e regulamentações políticas e culturais, realizam a melhor forma possível de produção e distribuição dos recursos econômicos – em grande medida, tidos como tendendo à escassez – e, assim, produzem um bem comum para a sociedade.

Essa visão “técnica” da economia, que retira todos seus “vícios humanos”, é divulgada quase como “autoajuda” em manuais, nos cursos de administração nas principais escolas de administração do país (Dutra, 2016). Como

consequência, traz empoderamento à ciência econômica, que vai se legitimando como disciplina capaz de solucionar qualquer crise ou problema econômico, imune às crises políticas e (re)desenhos dos Estado, reforçando, como diria Lebaron (2011), o ciclo de dominação simbólica que a disciplina exerce, tanto nas esferas do mercado quanto na esfera social.

A consequência do conjunto de arrazoado da ciência econômica – racionalidade econômica, eficiência, escassez – como verdade absoluta é que opções políticas e econômicas se tornam naturalizadas, óbvias, assim como a ordem social resultante destas, legitimando as desigualdades econômicas e sociais, assim como as opções políticas e as relações de poder existentes. Uma outra consequência é a separação dos conceitos de mercado e de Estado ou, ainda, a supremacia do mercado sobre o Estado.

Em contraponto a essa perspectiva de separação entre mercado e Estado, assim como de autonomia do mercado sobre o Estado, Bourdieu (2004) propõe que mercados sejam estudados como “campo”, logo, considerando a inter-ação entre indivíduos, que possuem suas histórias de vida e seus dispositivos cognitivos (*habitus*), que por sua vez orientam sua visão de mundo, suas preferências e gostos, onde tomadas de decisões, discursos e a criação de instituições seriam resultantes das ações dos atores.

Bourdieu (2004) opta pelo conceito de “campo” porque, segundo ele, o conceito de mercado, criado pelos economistas, não permitiria identificar os inúmeros elementos humanos presentes no fenômeno econômico e nem a interação relacional entre as diversas instâncias da sociedade, a saber: a econômica, a social, a política, a religiosa, assim como a luta de atores para a imposição da *doxa*. Segundo o autor, pelo conceito de campo, é possível identificar que o mercado não é uma entidade autônoma, a-histórica, mas que está em constante relação com o Estado, instituição produtora e reprodutora de categorias de pensamento, inclusive os “pensamentos pensados” pelo próprio mercado.

Na mesma perspectiva, Abramovay (2004) propõe que se estude a categoria “mercado” como estrutura social, onde se enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros, e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social.

Todos os autores citados até o momento nesse texto estão em sintonia com Karl Polanyi (1980), autor que no seminal *A grande Transformação* argumentou que a economia de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana, pois a autonomia do mercado conduziria à destruição social. Polanyi (1980) demonstrou que uma sociedade de auto-mercado já nasceria fadada ao fracasso, pois retiraria toda a sua capacidade de coesão social, de solidariedade, de dádiva. Para Polanyi, a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia, pois mesmo sendo organizados em mercados estes não são produzidos para a venda mas para a produção e reprodução social. Portanto, o que se convencionou chamar de sociedade de mercado é algo artificial, no sentido de que é necessário que a própria sociedade seja modelada para que o mercado possa funcionar de acordo com suas próprias leis. Para o autor, “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (Polanyi, 1980, p.72).

Essa constatação está em oposição aos estudos que colocam o mercado como “moinho satânico”, como uma esfera desconexa das demais, desenraizada, inclusive do Estado. Para Polanyi, foi num “contra movimento” constante que a sociedade permitiu e autorizou a criação da economia de mercado, que só funciona se regulada pela sociedade. Logo, a economia de mercado não nasceu dos conceitos abstratos dos economistas e nem foi algo contra a vontade humana. É uma criação histórica, datada, cultural, consciente, motivada pela sociedade e pelo Estado da época.

Considerando os elementos sociais, culturais e políticos do mercado, assim como o Estado enquanto produtor de categorias mentais, abordarei na próxima seção as convergências entre Estado e o mercado de fundos de pensão durante os anos Lula.

3. Domesticação do mercado pelo Estado: Governo Lula, fundos de pensão e sindicatos

Pretendo retomar o caso dos fundos de pensão, largamente explorado em meus trabalhos e de outros colegas (Jardim, 2007; Jardim, 2008; Jardim, 2009; Jardim 2013; Jardim e Silva, 2015; Sória, 2011), para refletir sobre as relações entre Estado e mercado no Brasil contemporâneo e defender sobre uma possível “domesticação do mercado”, realizada pelo Estado durante o Governo Lula, constituindo-se como exemplo empírico de convergência entre Estado e mercado. Intitulei de “domesticação do capitalismo” (Jardim, 2007) o intenso diálogo entre mercado/finanças e Estado durante o Governo Lula, coordenada pelo Estado, quando o governo utilizou os recursos das finanças (fundos de pensão, *private equity*) em prol de projetos de inclusão social e de promoção de infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse sentido, o argumento é que apesar da aparente –e inquestionável – dominação das finanças, o Estado coordenou os mercados durante o Governo Lula, produzindo bens e serviços por meio de empresas estatais e parcerias com o capital privado e implantando projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – mais especialmente dos fundos de pensão, via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas – assim como coordenou certa regulamentação do mercado financeiro (Jardim 2007; Jardim 2009; Jardim, 2013; Jardim 2015).

Mais do que legislar nas questões econômicas e políticas, demonstrarei que o Estado brasileiro legislou nas questões cognitivas, ou seja, na produção de

crenças e de alianças entre o mercado e o Estado, o qual criou formas mentais de classificação e exerceu violência simbólica sobre o mercado. Vejamos a seguir.

4. Estado, sindicato e mercado de fundos de pensão

Após a posse de Lula (2003), o Governo passou a realizar um conjunto de ações, algumas vezes simbólicas outras efetivas, com o objetivo de tranquilizar o mercado financeiro quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O interesse em dialogar com o mercado financeiro, bem como “acalmá-lo”, às vésperas das eleições presidenciais de 2002, surgiu durante a campanha eleitoral do PT, momento que se evidenciou uma busca por novos interlocutores. Exemplo desta aproximação foi a *Carta aos Brasileiros*, na qual o então candidato Luis Inácio Lula da Silva se comprometeu, diante da sociedade, a cumprir todas as obrigações assumidas pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, mantendo os contratos feitos com o mercado interno, com o mercado externo e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A histórica visita de Lula à Bolsa de Valores (Bovespa), no dia 05 de agosto de 2002, quando defendeu a popularização do mercado de capitais, também deve ser lembrada como marco desse processo. A ocasião foi denominada pela imprensa como a “Queda do Muro de Berlim”.

Com a vitória do candidato Lula nas eleições de 2002, o Governo passou a estimular o diálogo do movimento sindical com o mercado financeiro, sobretudo na questão dos fundos de pensão que, aliás, já havia sido citada no plano de governo do PT.

Personagem central do capitalismo contemporâneo em âmbito internacional, os fundos de pensão são considerados como peças-chave nos fenômenos de especulação, na compra de título de dívidas públicas, nos negócios de alto risco e na promoção da desconexão entre finanças e produção

(Chesnais 2005, Orléan, 1999). É possível que outro papel tenha sido exercido pelos fundos de pensão no Governo Lula, indo na direção dos argumentos de Aglieta (2010), autor que considera os fundos de pensão como importante fonte de poupança interna de um país.

O diálogo entre sindicatos, fundos de pensão e Governo Lula, foi facilitado pela presença, naquele governo, de importantes figuras oriundas do movimento sindical sendo que algumas delas possuíam histórico na militância dos fundos de pensão. Segundo Jardim (2007), 1/3 dos cargos de confiança do primeiro Governo Lula foi ocupado por pessoas de origem sindical, presentes em cargos de Direção e Órgãos Executivos.

Dentre estes sindicalistas, pode-se citar Ricardo Berzoini. Considerado peça fundamental naquela nova conjuntura, Berzoini foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e representante da PREVI, Fundo de Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil, o maior fundo de pensão do País, com patrimônio superior a R\$ 150 bilhões (Abrapp, 2016). Ademais, foi Ministro da Previdência Social e Ministro do Trabalho; em 2006 foi o Presidente do PT.

Com a ascensão de Lula à presidência, atores sociais ligados ao PT, de origem sindical e com certa proximidade com o mercado financeiro, foram nomeados para o comando dos maiores fundos de pensão estatais, como é o caso do ex-sindicalista Sérgio Rosa, que foi indicado para a Presidência da PREVI, do ex-sindicalista Wagner Pinheiro, indicado para a presidência do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, a PETROS, e o ex-sindicalista Guilherme Lacerda, que se tornou o representante do fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, o FUNCEF. Além disso, atores sociais de origem sindical, ou mesmo com relações de proximidade com o PT, foram indicados para cargos de grande importância no mercado financeiro, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Em diálogo com a indicação de sindicalistas para a gestão dos fundos de pensão, o mapeamento empírico apontou que sindicatos brasileiros dos setores bancários, eletricitários, telefônicos, petroleiros e alguns segmentos metalúrgicos, bem como dirigentes das três grandes centrais sindicais do País (Central Única dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores e Força Sindical) passaram a reivindicar a criação de previdência privada para seus associados e, sobretudo, a participação ativa nos conselhos dos fundos, a partir dos anos 2004, com o apoio do Estado.

A tentativa de enquadramento dos fundos de pensão como projeto do Estado apareceu já nos primeiros discursos do Governo Lula, quando o Presidente enfatizou a característica de “nobreza” que os fundos receberiam no seu Governo³.

(...) Estejam certos que nunca na história deste país se discutiu tanto sobre fundos de pensão, como vamos discutir nesses próximos anos. Primeiro, tentando incentivar as mais diferentes categorias de trabalhadores do nosso país a criarem o seu próprio fundo (...). Segundo, discutindo com nossos parceiros de outros países que também participam de fundos de pensão, para que a gente possa fazer parcerias e muitos investimentos em nosso país. Terceiro, para que a gente discuta de uma vez por todas, como os fundos possam ajudar a resolver parte dos problemas que parecem insolúveis no nosso país (...) os fundos de pensão podem começar a pensar que o seu papel daqui para frente deverá ser mais nobre, do ponto de vista social, do que foi até os dias de hoje (Lula, Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 1º Seminário Internacional de Fundos de Pensão Hotel Sofitel, Rio de Janeiro-RJ, 28 de maio de 2003).

Na cartilha *Previdência Complementar: plano de instituidor*, do Ministério da Previdência Social (2003), os fundos de pensão foram ligados ao projeto social do governo.

³ Os fundos de pensão foram criados em 1977 durante o regime militar, com o objetivo de criar poupança interna para o Brasil. Nos anos 1980, por conta da alta inflação, diversos fundos faliram; nos anos 1990, os fundos foram usados no processo de privatização das estatais durante o governo Cardoso. Essa contextualização é importante para entender o trabalho simbólico do Governo Lula, em transformar algo considerado “profano/militar”, em “sagrado” (Jardim, 2007).

(...) A previdência complementar permite a canalização de recursos para o financiamento de projetos que objetivem favorecer o desenvolvimento sustentável do país. Um grande número de investimentos importantes para o país (...), poderá ser obtido a partir das carteiras de longo prazo de fundos de pensão (...), investimentos que mantenham o foco no capital produtivo poderão ser viabilizados, gerando empregos a partir da criação de empresas que tenham práticas sociais e ambientais corretas, que respeitem os direitos trabalhistas e que mantenham a ética na sua atuação nos mercados (MPS, 2003, p. 27).

A pesquisa realizada nos arquivos da CUT, mostra que os fundos de pensão fizeram parte da agenda do PT desde os anos noventa. Já em 1996, a ABRAPP se reuniu no Sindicato dos Metalúrgicos para discutir sobre a previdência complementar com importantes membros do partido, que fizeram parte do Governo Lula, tais como Guido Mântega, Aloízio Mercadante e Luiz Gushiken. Em 1997, o então Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, levantou na Câmara dos Deputados a bandeira dos fundos de pensão. Além disso, atuou, em 2001, como parlamentar, para a aprovação da Lei Complementar 109/2001.

Em evento de 25 anos da ABRAPP, Berzoini afirmou:

(...) devemos construir uma previdência complementar adequada através, predominantemente, de fundos de pensão, com uma gestão transparente e democratizada, sem medo da participação dos trabalhadores na gestão. É preciso avançar na transparência tão desejada por nós (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

No mesmo evento, o então Ministro da Previdência acrescentou que os fundos de pensão e as cooperativas de crédito possuíam lugar estratégico na política do Governo, já que os dois seriam instrumentos democráticos de gestão da poupança dos trabalhadores.

Uma com uma característica mais de relação poupança/crédito, a outra com a característica da poupança previdenciária, com uma

interligação, já que os fundos de pensão também fazem empréstimo aos participantes (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Na cartilha *Previdência Complementar: plano de instituidor* (2003), o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e seu secretário, Adacir Reis, assim escreveram sobre os fundos de pensão como instrumento de desenvolvimento social do país:

Estamos deflagrando um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária brasileira. Além dos benefícios proporcionados diretamente aos participantes desses planos, o Brasil terá mais recursos de longo prazo para investimentos na atividade produtiva, na infraestrutura e na ampliação do crédito (MPS, 2003, p. 08).

Com a ascensão de Amir Lando ao Ministério da Previdência Social, em 2004, houve continuidade da mesma política de fundos de pensão, ou seja, a ampliação dos fundos para sindicatos e associações profissionais. Vê-se, abaixo, o depoimento do Ministro Lando:

A ampliação do acesso aos fundos de pensão foi um compromisso assumido pelo Presidente Lula (...) por meio do vínculo associativo, milhões de trabalhadores brasileiros, representados por seus sindicatos, cooperativas ou associações poderão constituir suas poupanças previdenciárias (*Fundos de Pensão* nº 288, 2003).

Buscando propagar o projeto de previdência associativa (sindical), o então Presidente Lula fez uma larga campanha de divulgação dos fundos, especialmente nos sindicatos e centrais sindicais nos anos de 2003 e 2004. Exemplo ilustrativo aconteceu por ocasião do encerramento do *I Congresso Internacional de Fundos de Pensão*, quando o presidente Lula sugeriu que os sindicatos (re)avaliassem suas formas de luta e (re)pensassem seu papel, e que não deveriam ignorar as transformações do capitalismo contemporâneo e a presença “voraz” dos mercados financeiros:

Entendemos que este é o momento em que precisamos repensar o papel, primeiro, da atuação do movimento sindical no mundo, se

vamos continuar a fazer sindicalismo como fazíamos no século passado, se as mudanças que houve no mundo não significaram nada no nosso comportamento; em função de um mercado financeiro cada vez mais voraz, os fundos de pensão terão ou não um papel, embora como aplicadores, mas um papel em que a aplicação tenha uma visão social que não poderemos cobrar, obviamente de um banco particular ou de um fundo particular, mas poderemos discutir com os fundos de pensão (*Fundos de Pensão*, nº 284, 2003).

O Presidente assim se expressou sobre os fundos de pensão como instrumento de inclusão social:

(...) Temos que discutir a utilização social desse dinheiro [os fundos]. O investimento não pode buscar apenas o retorno financeiro. Os fundos têm como premissa básica a sustentabilidade das pensões e não podem investir para perder. Têm que ganhar. Muita gente do meu Governo vai viajar e conversar com os fundos de pensão de outros países (*Valor Econômico*, 29/05/03).

E acrescentou, finalmente, que o trabalhador deve estar em sintonia com o mercado financeiro e aberto ao diálogo:

Neste mundo em que mercados invisíveis determinam a subida ou a queda de um país, o crescimento ou a falência de uma empresa, o trabalhador precisa ter um instrumento maior que o direito à indenização ou à greve. Ter dinheiro é parte do poder no mundo globalizado e capitalista (*Valor Econômico*, 29/05/03).

Lula concluiu seu discurso no *I Congresso Internacional de Fundos de Pensão* afirmando que o mercado de fundos não é ainda representativo do potencial para poupança previdenciária que tem o País, mas que com a previdência associativa poderá tornar-se uma realidade:

Os fundos hoje no Brasil não representam praticamente nada (...) tem apenas US\$ 60 bilhões, quase nada até pela quantidade de trabalhadores organizados que existem no Brasil (...) Sonho com o dia em que a OAB será um grande fundo (*Valor Econômico*, 29/05/03).

Segundo o discurso propalado na época, os fundos de pensão foram vistos pelo Governo Lula como agentes provedores de poupança interna, que deveria ser usada para fomentar o desenvolvimento do País, oferecendo dignidade a seus participantes, num discurso explícito de “inclusão social via mercado”. Também, foi possível perceber o tom de “negociação” do Governo Lula com diversos segmentos, dentre eles, sindicais, gestores tradicionais de fundos de pensão, setor financeiro. Essa convergência facilitou o uso desses recursos no financiamento do desenvolvimento. Maiores detalhes sobre investimentos, a seguir.

5. Investimentos dos fundos

Embora criadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi no Governo Lula que as Leis 108 e 109 de 2001, que possibilitam respectivamente a criação de fundos de pensão pelos sindicatos (o chamado Fundo Instituidor), assim como a participação dos trabalhadores nos conselhos dos fundos, além de dar maior capacidade de fiscalização e controle por parte dos Estados, foram regulamentadas. Com a implantação dessas leis e com a indicação de sindicalistas para a gestão de fundos de pensão, o Governo Lula incentivou a aproximação entre sindicatos e centrais sindicais com o mercado financeiro.

Em termos numéricos, o mercado de fundos de pensão brasileiro movimentou, em julho de 2016, o equivalente a 19% do PIB. Possui 307 entidades, sendo 20 fundo instituidor, 201 fundo privado, 46 fundo estadual, 38 fundo federal e 2 fundos municipais. Apesar da quantidade de fundos privados, são os fundos de empresas públicas que possuem maior poder econômico e político⁴ (Abrapp, 2016).

Tendo em vista os valores movimentados acima, a criação de fundos de pensão representou uma arma poderosa na captação de recursos que foram

⁴ Disponível em: <http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/informe-estatistico/informes-de-2015>.

aplicados em áreas que o governo considerava importantes, tais como a infraestrutura e o próprio financiamento da dívida pública. A aliança com os sindicalistas gestores dos fundos facilitou o investimento nos projetos do governo.

Portanto, considerados a “menina dos olhos” do governo, os fundos de pensão foram utilizados de diversas formas no financiamento da economia: investimento em renda fixa, sendo que por volta de 2015, os investimentos fixos (compreendendo títulos da dívida pública, investimentos financeiros, compra de ações, dentre outros) já representavam a faixa de 64,8% de seus investimentos (ABRAPP, 2015)⁵ e participação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), gerando de forma direta emprego e renda, especialmente no setor de construção civil (Jardim, 2015).

Sobre esse tema, segundo a Abrapp (2007), 47,7% das reservas dos fundos de pensão foram aplicados em projetos da indústria e do setor de prestação de serviços. O setor petroquímico concentrou R\$ 37,35 bilhões em julho e a siderurgia outros R\$ 20,61 bilhões. As aplicações do mercado financeiro somaram R\$ 206,58 bilhões (52,3% do total).

Com a regulamentação da lei 792, de 2009, o setor de fundos criou uma nova modalidade de investimento, o *Investimento Estruturado*, a partir do qual os fundos de pensão foram autorizados a investir até 20% da sua carteira em infraestrutura. Segundo os engajados do setor, essa modalidade foi criada justamente para agregar investimento junto às obras do PAC (Jardim, 2013). Além dessa nova opção, os fundos continuaram autorizados a investir até 50% da carteira em renda variável.

Naquele cenário, os principais setores da economia em que os fundos de pensão investiram foram, por ordem alfabética: alimentos, bebidas e fumo, automotivo, bancos, confecções e têxteis, construção civil, energia, imobiliário,

⁵ Devido à compra dos títulos da dívida pública, denominei em minha tese de doutoramento, os fundos de pensão de “agiotas do governo” (Jardim, 2007).

limpeza, transporte (materiais de transporte, serviços de transporte e logística), mecânica, papel e celulose, petróleo e gás, química e petroquímica, siderurgia e metalurgia, telecomunicações, turismo e lazer.

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, por exemplo, trocou cinco bilhões da carteira de títulos públicos por investimentos em projetos de infraestrutura e imóveis: “Estamos migrando o *portfólio* para ativos reais da economia” (Wagner Pinheiro, presidente da Petros, *Valor Econômico*, 22/11/2010).

A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, priorizou cadeias produtivas, como o setor de óleo e gás. O objetivo foi investir em empresas, diretamente, ou via fundos de participação, na produção de insumos ou serviços ligados a essa indústria, visando captar todas as oportunidades que as cadeias poderiam gerar. “Se ficarmos na zona de conforto, só na renda pública, não vamos honrar a meta atuarial” (Vitor Gonçalves, diretor de planejamento da Previ, *Valor Econômico*, 22/11/2010).

Além disso, os fundos de pensão foram incentivados a comprar ações de empresas nacionais, optando pelo desenvolvimento do mercado interno por meio dos recursos oriundos dos mercados. Os fundos de pensão foram utilizados pelo Governo Lula, em certa medida, como “guardiões da economia” e como domesticadores das finanças e se tornaram o representante nacional e consensual da ideia de “economia social” e de “domesticação do capitalismo”, sendo que os fundos de pensão também ganharam com os investimentos nos empreendimentos.

Com a aquisição de ações de empresas, os fundos de pensão se tornaram proprietários-acionistas de diversas empresas, com voz ativa nos conselhos. Existem alguns casos em que os fundos se tornaram o sócio majoritário de determinadas empresas, tornando-as obrigadas a falar e a decifrar a língua das

finanças. Pela lógica da governança corporativa⁶, os fundos de pensão geridos ou não por sindicalistas passaram a exercer poder disciplinador e de vigilância sobre as empresas e os mercados, uma vez que se tornaram seus principais credores. Em certa medida, o Governo Lula passou a ter, por meio dos sindicalistas presentes nos conselhos das empresas, algum controle sobre essas empresas. Desidério (2013) mostrou situação homóloga no controle que o Estado passou a ter sobre empresas privadas que receberam recursos do BNDES.

Os fundos passaram a defender a responsabilidade social internamente e também nas empresas onde atuavam. Segundo dados de 2007, 52% dos empregados pelos fundos eram mulheres e os fundos investiam em projetos ambientais e sociais. (Abrapp, 2007. Relatório de Responsabilidade dos Fundos de Pensão).

Portanto, os fundos de pensão representaram uma alternativa do Governo Lula para investimentos caracterizados como investimentos privados, como meio de contorno frente à ortodoxia financeira que condena a intervenção do Estado na economia, associada à estratégia que legitimou os investimentos públicos, desde que associados a investimentos privados. (Jardim e Silva, 2015).

É nesse sentido que o texto sugere um controle considerável do Estado nessa cadeia de captação via Tesouro, culminando com financiamentos e investimentos, tornando os fundos de pensão personagens centrais do desenvolvimento brasileiro nos últimos doze anos.

Além de *player* do jogo (Silva, 2013), o Estado brasileiro do Governo Lula teve como foco o fortalecimento do mercado doméstico. A forma como o Governo Lula pensou o Brasil nos seus oito anos de governo, passou pela alteração de uma política econômica ortodoxa, para uma política econômica heterodoxa que buscou responder aos principais instrumentos de pressão da

⁶ A governança corporativa permite que mesmo os acionistas minoritários sejam ouvidos nos conselhos das empresas, uma das principais justificativas para participação de sindicatos nesse modelo de gestão empresarial (Grun, 2003).

ortodoxia econômica. Mais do que iniciativas econômicas, o Estado teve iniciativa cultural na criação de uma visão de mundo que buscou otimizar ganhos da política ortodoxa, em diálogo com princípios heterodoxos (programas de inclusão social, Pac, programa bancarização dos pobres, etc) (Silva, 2013).

Para Bourdieu (1997), o Estado que pode criar formas de classificação (ideias, crenças compartilhadas) não precisa fazer uso da violência física, pois faz violência simbólica. No seu conjunto, o fenômeno analisado nesse texto indicou o uso da violência simbólica do Estado sobre o mercado quando definiu as regras e os agentes do jogo e a fiscalização, indo contra a *doxa* então dominante, da mão invisível do mercado.

E nesse processo foi possível observar uma mudança de crença coletiva no mercado, no conceito de mercado e no conceito de Estado. Os atores do mercado financeiro (gestores tradicionais de fundos de pensão) passaram a dialogar com os sindicalistas, num processo simultâneo de convergência de ideias, levando o governo, sindicatos e centrais sindicais a agregarem o conceito de “mercado” a seu tradicional discurso social. Da mesma forma, o mercado financeiro, especialmente o mercado de fundos de pensão, agregou o conceito de social e de solidariedade ao discurso de mercado, culminando numa leitura recíproca do “social no mercado financeiro”.

Através do enquadramento que impôs às práticas dos agentes (e das elites, por meio de regras, legislação e fiscalização) o Estado instaurou formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais de percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação. Criou condições para uma espécie de enquadramento de *habitus*, que é uma espécie de consenso sobre o conjunto de evidências compartilhadas, que formam o senso comum e passam a ser naturalizados. Nesse sentido, a eficácia simbólica do Estado foi tão grande, que essa crença

instituída pelo Estado tornou-se parte da visão de mundo instituída pelo senso comum durante doze anos.

Dentre as crenças instituídas, os fundos de pensão ganharam característica de nobreza, de “poupança sagrada dos trabalhadores” (como verbalizou o presidente), pois saiu do investimento puramente especulativo, para o investimento produtivo, capaz de gerar emprego e renda. Ao utilizar a noção de sagrado, os fundos ganharam uma referência quase religiosa aproximando-os simbolicamente de “domadores” e de “guardiões” do capitalismo.

Finalmente, para além das dicotomias, Estado de um lado e mercado de outro, o artigo argumenta tratar-se de uma relação híbrida e complexa, para além da leitura neoliberal, pois ao mesmo tempo em que ocorreu o fortalecimento daquilo que Bourdieu (1998) chamou de “braço direito do Estado” (Ministério do planejamento, Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio, Ministério das minas e energia) com a intensificação das finanças e do setor bancário, também ocorreu o fortalecimento daquilo que o mesmo autor chamou de “braço esquerdo” (Ministério da Assistência e Promoção Social, Ministério da Agricultura, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, etc), com investimento no mercado interno e em projetos sociais (Bolsa Família, Pronaf, Reuni, cotas, etc). Nesse processo, lembro que alguns dos programas implantados pelo “braço direito do Estado”, tais como as Parcerias Público Privadas (PPP's) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram realizados com verba oriunda das próprias finanças, como a poupança dos fundos de pensão.

A seguir, concluirei o texto indicando os desdobramentos do tema no governo Temer, problematizando sobre a criação de categorias mentais em um Estado de natureza neoliberal.

6. Estado neoliberal-interventor: intervindo na produção de categorias mentais a favor do mercado

Com o *impeachment* da Presidenta Dilma e o início do governo interino de Michel Temer (2016), a imprensa passou a noticiar novas regras para os fundos de pensão. Por exemplo, o projeto de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que estabelece novos critérios para a escolha de diretores e conselheiros dos fundos de pensão de empresas públicas, como a Petrobras e os Correios.

O projeto propõe alterações que estão em contraponto daquelas expostas no decorrer deste texto: **Diretores:** a escolha dos integrantes da diretoria-executiva deve ser realizada mediante processo seletivo público conduzido por empresa especializada. Os indicados precisam ter formação de nível superior em áreas relacionadas à administração do fundo; **Influência de partidos:** os conselheiros dos fundos de pensão não poderão ter exercido atividades político-partidárias ou cargo de confiança no governo nos dois anos anteriores à sua nomeação; **Conselheiros independentes:** um terço dos integrantes dos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão devem ser membros independentes, não vinculados ao controlador da estatal nem ao corpo de funcionários.

Outro projeto é a Lei Complementar (PLP) 268/2016, que pretende acabar com a representação dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão, eliminar a eleição de diretores das entidades que são patrocinadas por empresas e órgãos públicos e reduzir a um terço a representação dos participantes nos conselhos deliberativos e conselhos fiscais das fundações. Esse projeto é de autoria do senador Valdir Raupp, do PMDB/RO, e foi apresentado em abril de 2016. Propõe substituir os conselheiros eleitos por “conselheiros independentes” e no lugar de diretores que poderiam ser escolhidos pelos trabalhadores participantes, manter diretores contratados por “empresas especializadas” do mercado financeiro. Na prática, é uma forma de

impedir que os representantes dos trabalhadores, os sindicalistas, estejam na gestão dos fundos, como nos governos anteriores.

A Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR) está em desacordo com o projeto:

O projeto passa as decisões sobre nossos recursos que são dos participantes para pessoas que não têm nenhuma relação com o fundo de pensão, o que pode gerar uma mentalidade de investidor de mercado e comprometer os benefícios e complementos de aposentadoria (...) Reivindicamos que seja mantida a paridade na gestão dos fundos de pensão, e que nas fundações exista a eleição direta de metade dos conselheiros deliberativos e fiscais pelos participantes. Reivindicamos também que seja ampliada a paridade para as diretorias executivas e queremos o fim do voto de qualidade nos conselhos dos fundos, para que os participantes tenham representação efetiva (Luoion, 2016).

Sobre as alterações no marco jurídico do mercado de fundos de pensão, o presidente interino Michel Temer defendeu:

Mandamos paralisar toda e qualquer nomeação para diretoria e presidência de empresa estatal ou fundo de pensão enquanto não for aprovado projeto que está na Câmara dos Deputados que dispõe, de maneira muito objetiva, que só serão indicados ou nomeados pessoal com alta qualificação técnica (Temer, depoimento disponível no jornal O Globo, disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/temer-manda-paralisar-nomeacoes-para-estatais-e-fundos-de-pensao.html>)

As alterações que o governo interino de Michel Temer (2016) propõe no mercado de fundos de pensão, reforça o argumento desse artigo, a saber, que o Estado é que define as classificações do mercado. No novo contexto, mesmo que o mercado passou a ditar as regras, isso está sendo feito em obediência ao quadro mental estatal instituído (por meio do novo marco jurídico em andamento) e que pressupõe: livre mercado, livre concorrência e autorregulação do mercado. Portanto, o Estado continua a intervir, mas é uma outra forma de intervenção. Intervir passa a ser sinônimo da criação de regras

que beneficiem o “jogo do mercado”. A convergência entre mercado e Estado sai de cena, para entrar um novo tipo de intervencionismo, onde o mercado coloca em prática uma certa autonomia, claramente autorizada pelo Estado.

Retomando o livro que inspira esse artigo *Sobre o Estado*, de Pierre Bourdieu, sugiro que todo Estado (inclusive aquele que se convencionou chamar de neoliberal) tem papel central na produção de crenças e de categorias de pensamento, sendo a autorregulação do mercado uma forma de crença produzida por um Estado de natureza neoliberal, como parece ser este que está se desenhando no Governo Temer e cujas alterações no mercado de fundos de pensão estão na direção da mão invisível do mercado. Assim, é equivocado dizer que o Estado neoliberal está ausente da produção de categorias de pensamento. Mais importante do que isso, Estado está presente e age por meio da sua “mão direita”, criando categorias de pensamento que pressupõem a liberdade de mercado e a redução de investimento em projetos sociais.

7. Conclusão

Com base em dados empíricos, indiquei ao longo deste texto que o Governo Lula se colocou como um jogador de peso no capitalismo brasileiro, legitimado por um lado por estar dentro das lógicas do mercado financeiro e por outro, por ser identificado (pelo menos discursivamente) ao trabalho social, viabilizado por meio da geração de emprego e renda via recursos dos fundos de pensão, que foram investidos de diversas maneiras no financiamento do mercado interno.

Considerando a discussão de Pierre Bourdieu sobre o Estado, na qual o autor afirma que por meio do sistema de classificação o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns e formas de pensar, contribuindo de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção de realidade social e exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras, por meio de todos os

constrangimentos e disciplinas corporais e mentais que impõem ao conjunto dos agentes (Bourdieu, 1996), afirmei que o Governo Lula coordenou os mercados durante o Governo Lula, produzindo bens e serviços por meio de empresas estatais e parcerias com o capital privado, implantando projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – mais especialmente dos fundos de pensão, via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas – assim como coordenou certa regulamentação, “domesticação” do mercado financeiro.

O Estado brasileiro definiu a nova moral do capitalismo brasileiro contemporâneo, que esteve assentada nos fundos de pensão. Os fundos, criados no regime militar, foram (re)significados e ganharam roupagem de legítimos. Como consequência, obtiveram reconhecimento social com atividades para além da especulação, ou seja, com investimento no PAC e em empresas nacionais, gerando emprego e renda.

Considerado por esta pesquisa como coordenador/regulador das finanças, o Governo Lula criou um novo conjunto de representações e de crenças em torno do mercado financeiro, que passou a fazer parte do conjunto de classificações do mercado, especialmente do mercado de fundo de pensão. Este conjunto de representações buscou criar uma mudança na forma como sindicatos e centrais sindicais passaram a se relacionar com o mercado financeiro. O Estado foi pensado no Governo Lula, em convergência com as finanças e o mercado.

Portanto, ao longo do texto argumentei sobre a convergência entre Estado e mercado, sugerindo que este tipo de análise contribui num *duplo movimento*, no sentido de Polanyi (1980), já que a separação teórica desses dois conceitos ajudaria a produzir a crença na supremacia do mercado reforçando sua dominação simbólica. Ademais, o texto indicou que as crenças produzidas sobre fundos de pensão pelo Estado durante o Governo Lula, são especificamente de um dado momento histórico, já que não conseguiram se

cristalizar como política de Estado, o que ficou evidente com as recentes alterações propostas pelo Governo Temer. Estas, por sua vez, expressam categorias de pensamento de um Estado que valoriza a sua “mão direita”, em detrimento da sua “mão esquerda”.

Referências

ABRAPP. Consolidado estatístico. Disponível em: http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_03_2016.pdf. Acesso em: 26/06/2016.

ABRAPP. Investimento dos fundos de pensão. Disponível em: www.abrapp.com.br. Acesso em 10/01/2016.

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.16, n.2, p.35-64, 2004.

AGLIETTA, M. Les investisseurs institutionnels dans la crise et les défis d'après-crise. Colloque international, 21-22 SEPTEMBRE 2010. **Le marché financier pendant et après la crise financière: les fonds de pension, les épargnes salariales et leur responsabilité sociale**. Maison des Sciences de l'Homme. Organizadores: Maria A Chaves Jardim e Dominique Fournier, 2010.

AGLIETTA, M. À la recherche d'un modèle de croissance [entrevista com Michel Aglietta et Alain Lipietz]. **Revista L'Esprit**, V. 11, n. 359. Pp 28-46, 2009.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **A estrutura social da economia**. Porto: Campos das Letras, 2004.

_____. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre (org) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997

_____. **Contrafogos: Táticas para evitar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

CHESNAIS, F. (Org) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

DURKHEIM, E. **A divisão social do trabalho**. Paris: Presse Universitaire de France, 1983.

DUTRA, K. **As crenças transmitidas por escolas de negócio: um olhar sobre a FGV-EAESP e a Chicago Booth School of Business.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, 2016.

FUNCEF. **Desafios dos maiores fundos de pensão do país no atual cenário econômico.** Disponível em: http://www.funcef.com.br/files/revista_funcef/ed30_setembro.pdf. Acesso em 29/04/2013.

GRUN, R. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.7-38, outubro, 2003.

_____. Convergência das Elites e Inovações Financeiras: a GC no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 58 p. 67- 90, 2005.

_____. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, n. 65, p. 85- 107, 2007.

JARDIM, M. “Domesticação” e/ou “Moralização do Capitalismo” no Governo Lula: Inclusão Social Via Mercado e Via Fundos de Pensão. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 52, n 1, p. 123-159, 2009.

_____. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de S. Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

_____. Estado, Mercado e Trabalho no Brasil (2003-2012): as ambiguidades e as tensões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) In: Dossiê: trabalho, mercado e Estado. Maxime Quijoux, Federico LorençValcarce (orgs.) **Problèmes d'Amérique Latine**, 2015.

_____. A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão. **Revista Dados**, vol. 56 n. 4, p.901-941, 2013.

JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** Laboratório Editorial da UNESP, Selo Acadêmico. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=532. Consultado em 10/01/2015, 2015.

LEBARON, F. Mundialização financeira ou imposição do modelo norte americano? In: JARDIM, M. A. C. (org.). **A Natureza Social das Finanças**, Bauru, SP: Edusc, 2011.

LUPION, B. **Por que o Governo Temer está acelerando projetos de autoria de tucanos.** Disponível em

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/18/Por-que-o-governo-Temer-est%C3%A1-acelerando-projetos-de-autoria-de-tucanos>.

Acesso em 25/06/2016.

LULA. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 1º Seminário Internacional de Fundos de Pensão** Hotel Sofitel, Rio de Janeiro-RJ, 28 de maio de 2003. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/28-05-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-encerramento-do-1o-seminario-internacional-de-fundos-de-pensao>. Acesso em 20/01/2007.

MARTELLO, A. PASSARINHO, N. **Jornal. G1 O Globo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/temer-manda-paralisar-nomeacoes-para-estatais-e-fundos-de-pensao.html>. Acesso em 25/06/2016.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural. Livro I. tomo II, 1985.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** São Paulo: Edusp, 1974.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Previdência complementar: Plano de instituidor.** Brasília: MPS, 2003.

MERTON, R. **Theory and Social Structure.** New York: Free Press, 1968.

ORLÉAN, A. **Le pouvoir de la finance.** Paris: Odile Jacob, 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PT. **Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social**. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 20 outubro 2002.

SAPIR, J. **Les trous noirs de la science économique: essai sur l'impossibilité de penser le temps et l'argent**. Paris: Albin Miche, 2000.

SORIA, S. **Intersecção de classe: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Sociologia. Campinas: Unicamp, 2011.

SIMMEL, G. **Filosofia do Dinheiro**. São Paulo: Martins Editora, 2016.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 2009.

Material de pesquisa consultado

FUNDOS DE PENSÃO, n. 288, outubro/novembro 2003.

Valor Econômico, 29/05/2003.

VALOR ECONÔMICO. O Governo Investiu 7,4 Trilhões até Final de 2009. Publicado em 22 de novembro, 2010

Recebido em: 02/07/2016
Aprovado em: 05/07/2016